

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Eletrobras: funcionário poderá comprar ações](#) 2

Folha de S. Paulo

[Título: Ministro defende privatização da Eletrobras em carta a parlamentares](#) 5

[Título: Ofensiva do PMDB sobre PSB irrita o presidente da Câmara](#) 6

O Estado de S. Paulo

[Título: Eletrobrás está em situação difícil, afirma ministro](#) 11

[Título: Privatizações no atacado](#) 11

Correio Braziliense

[Título: Ministro defende venda da Eletrobras](#) 15

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Eletrobras: funcionário poderá comprar ações 2

Título: Acordos com a China preveem R\$ 10 bi em investimentos e crédito 4

VEÍCULO: Folha de S. Paulo5

Título: Ministro defende privatização da Eletrobras em carta a parlamentares 5

Título: Ofensiva do PMDB sobre PSB irrita o presidente da Câmara 6

Título: Renca foi extinta sem considerar as implicações, diz biólogo 6

Título: Orçamento pode ter novo bloqueio, após pressões de políticos 9

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo11

Título: Eletrobrás está em situação difícil, afirma ministro 11

Título: Privatizações no atacado 11

Título: Acordos podem movimentar US\$ 9,9 bilhões	13
Título: Por Cemig, governo de Pimentel ataca Dilma	14
VEÍCULO: Correio Braziliense	15
Título: Ministro defende venda da Eletrobras	15
Título: Postos aumentam a margem de lucro.....	16

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Eletrobras: funcionário poderá comprar ações

Regras para privatização preveem oferta de papéis a empregados.

As regras para a privatização da Eletrobras preveem que parte das ações da empresa, ao serem colocadas à venda no mercado, ficará reservada para serem oferecidas a funcionários da estatal. Os detalhes sobre os modelos da desestatização estão em estudo no governo. Algumas diretrizes, no entanto, já foram formalizadas. Uma resolução do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) — a área de privatizações do governo Michel Temer —, publicada ontem no Diário Oficial da União, determina “a oferta de parte das ações representativas do capital da Eletrobras aos seus empregados e aos empregados das empresas por ela controladas direta ou indiretamente”. Além disso, formalizou-se que haverá a chamada golden share após a privatização da companhia.

Ou seja, o governo terá poder de veto em ações consideradas importantes dentro da empresa. Na resolução, o PPI estabelece que haverá uma “ação de classe especial do capital social da Eletrobras à União, que lhe confira poderes especiais em relação a alterações da razão social, objetos sociais ou sedes da Eletrobras ou empresas por ela controladas”. O governo também colocou nas regras um limite do poder de voto dos acionistas com maior participação acionária, “a fim de garantir a democratização do capital no controle da Eletrobras”. Por fim, determinou que a empresa deve manter o programa de revitalização da bacia do Rio São Francisco. A privatização da Eletrobras foi anunciada pelo governo na semana passada.

Maior empresa de energia elétrica da América Latina, a companhia é responsável por cerca de um terço da capacidade de geração de eletricidade no país e por mais da metade das linhas de transmissão de energia em uso no Brasil. Pelas projeções iniciais, o governo prevê arrecadar ao menos R\$ 20 bilhões no ano que vem com a privatização. Os detalhes do processo ainda estão sendo fechados. Ontem, o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, enviou uma carta a todos os deputados federais em defesa da privatização da Eletrobras. Apesar de o governo acreditar que não precisa de aval do Congresso para a venda, o processo de privatização deve vir atrelado a mudanças na legislação do setor.

Por isso, o ministro iniciou as conversas com os parlamentares para atrair apoio à desestatização. Na carta, Coelho Filho afirma que “a empresa enfrenta passivos das mais diversas naturezas e questionamentos judiciais que somam valores que superam os R\$ 100 bilhões”. O ministro diz que não foi possível debater o tema previamente com os parlamentares e defende que a privatização trará benefícios para o consumidor. “Posso adiantar que os resultados da desestatização da Eletrobras serão extremamente positivos para todos os consumidores, em virtude da redução de custos ineficientes nos segmentos de transmissão e distribuição ou da redução de encargos setoriais. Da mesma forma, a proposta vai beneficiar os contribuintes, uma vez que seus tributos não serão mais direcionados para custear prejuízos da Eletrobras”, diz.

REGRAS DEFINIDAS PARA A LOTEX

O documento enviado pelo ministro registra que, em três anos, a estatal acumulou prejuízo superior a R\$ 34 bilhões e registrou uma perda de seu patrimônio líquido da ordem de 40%. E cita problemas como “fragilidades de governança nas empresas controladas pela holding”, que administra participações em mais de 170 Sociedades de Propósito Específico (SPEs), elevado endividamento, custos operacionais altos. Também ontem, o governo publicou as regras para a desestatização da Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex), a “raspadinha”. O prazo para essa concessão à iniciativa privada será de 25 anos. O governo espera realizar o leilão em dezembro.

A expectativa é arrecadar ao menos R\$ 1 bilhão, para ajudar a fechar as contas públicas deste ano (cuja meta é um rombo de R\$ 159 bilhões). O edital deve ser publicado em outubro. Vencerá o leilão a empresa ou consórcio que oferecer o maior valor à União a título de outorga, a ser paga em parcela única. A “raspadinha” é aquela em que os apostadores conhecem imediatamente o resultado. A Caixa explorou o negócio entre 1991 e 2015. Após a extinção da raspadinha, foi criada a Lotex, para redefinir o modelo de jogo. O modelo de venda da Lotex foi feito pelo BNDES. Entre as exigências para as empresas que querem disputar o leilão, estão a comprovação de experiência na operação de

serviço de loteria instantânea com receita mensal bruta igual ou superior a R\$ 100 milhões e de participação em empreendimento cujo valor total de investimento seja igual ou superior a R\$ 175 milhões.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Vivian Oswald

Título: Acordos com a China preveem R\$ 10 bi em investimentos e crédito

Projetos incluem porto, linhas de transmissão e suporte ao BNDES

Sob pesada nuvem de poluição, os presidentes do Brasil, Michel Temer, e da China, Xi Jinping, anunciaram um pacote de investimentos e linhas de crédito que podem injetar até US\$ 10 bilhões na economia brasileira nos próximos dois anos. Deste total, US\$ 3,5 bilhões devem ser destravados com o licenciamento da fase 2 da usina de Belo Monte, que prevê a ligação entre Xingu e a Região Sudeste com as linhas de transmissão que serão feitas pela gigante de energia chinesa State Grid. Outros US\$ 2,4 bilhões correspondem aos investimentos da Bahia Mineração na Ferrovia de Integração Oeste-Leste. Há ainda o memorando de entendimento entre BNDES e China Development Bank, que prevê, no futuro, uma linha de US\$ 3 bilhões.

Por último, há os investimentos do Terminal de Uso Privado no Porto de São Luiz pela China Communications Corporation, no valor de US\$ 700 milhões. Outros US\$ 300 milhões devem vir da linha de crédito que será concedida pelo China Exim Bank ao Banco do Brasil. — O Brasil é um país seguro para receber investimentos — disse Temer a Xi no encontro. O acordo sobre uma linha de financiamento de US\$ 1 bilhão do China Exim Bank para a Petrobras não foi concluído a tempo do evento de ontem. Também não houve o anúncio formal da liberação das encomendas de 20 aviões da Embraer, embora o governo chinês tenha sinalizado durante a reunião entre Temer e Xi Jinping que sairia em breve.

O governo brasileiro recebeu um sinal político importante para o setor de carnes. Segundo o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, o presidente da China garantiu que seriam reabertos os processos de avaliação de frigoríficos brasileiros que esperavam licença para exportar para o país. São cerca de 80 estabelecimentos, de acordo com o ministro. A maioria deles espera o sinal verde da China desde antes da Operação Carne Fraca deflagrada pela Polícia Federal. — Eles ficaram fragilizados com a operação da PF. A comitiva brasileira saiu animada da audiência com o presidente Xi, que, segundo Maggi, se disse “um fã e garoto-propaganda da carne brasileira”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Bruno Boghossian****Título: Ministro defende privatização da Eletrobras em carta a parlamentares**

Depois de enfrentar resistência de parlamentares, o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, enviou uma carta a líderes partidários no Congresso para tentar conquistar apoio à proposta de privatização da Eletrobras.

No texto, o ministro defende a operação, afirma que a empresa "está drenando recursos públicos" e aponta que os passivos da companhia somam valores que superam os R\$ 100 bilhões.

O governo acredita que não precisará do aval do Congresso para autorizar a privatização em si, mas será necessário alterar uma legislação para permitir o processo de desotização da Eletrobras. Por isso, Coelho iniciou um trabalho para atrair apoio de deputados e senadores.

O ministro diz na carta que "não foi possível debater o tema com a antecedência desejada" e argumenta que empenhou esforços para tentar reduzir os prejuízos da companhia ao longo de sua gestão.

"Esse modelo de financiamento de ineficiências está exaurido. Uma empresa que deveria gerar valor para a sociedade está drenando recursos públicos escassos", afirma o ministro.

Ele cita, como exemplos, prejuízos superiores a R\$ 20 bilhões em investimentos nas usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, outros R\$ 20 bilhões em custos de geração de energia em sistemas isolados, e R\$ 10 bilhões em custos com a paralisação nas obras de Angra 3.

Para aplacar críticas de alguns parlamentares, Coelho diz que "a atuação estatal direta não é mais imprescindível para garantir o fornecimento de energia elétrica aos consumidores".

"Ainda assim, a prevalência dos interesses estratégicos nacionais, como a recuperação do rio São Francisco, será garantida por um modelo que estabelece o poder de veto da União, por meio de uma golden share, e por contrapartidas específicas", acrescenta.

O ministro compara a proposta de desestatização com os casos de privatização da Vale e da Embraer, que "aumentaram exponencialmente a geração de empregos, a arrecadação de impostos e os investimentos decorrentes de suas atividades".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder / Painei

Autor: Daniela Lima

Título: Ofensiva do PMDB sobre PSB irrita o presidente da Câmara

Leite derramado ao atrair para suas fileiras dois nomes do PSB de Pernambuco que estavam em negociação com o DEM, o presidente do PMDB, Romero Jucá (RR), pode não ter ferido os interesses regionais do Democratas, mas irritou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Tal descuido não ocorreu em boa hora. Estremece relações às vésperas de o Congresso receber nova denúncia contra Michel Temer. Maia dita o ritmo da ação no Legislativo e exerce forte influência sobre os deputados.

Uma imagem... Questionado sobre a filiação do senador Fernando Bezerra e de seu filho, o **ministro Fernando Coelho (Minas e Energia)**, ao PMDB, Maia enviou apenas a fotografia de uma reportagem com declarações de Jucá negando o assédio ao PSB antes da votação da primeira denúncia contra Temer.

... vale mais Em julho, quando o PMDB fez o primeiro gesto na direção de dissidentes do PSB, Jucá descartou que o movimento representasse qualquer tentativa de barrar novas filiações à legenda de Rodrigo Maia. "O DEM é aliado de primeira hora. Desminto a tentativa de intriga", disse na ocasião.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Ciências

Autor: Nicola Pamplona

Título: Renca foi extinta sem considerar as implicações, diz biólogo

Para o americano Thomas Lovejoy, renomado pesquisador da área da biodiversidade, a assinatura presidencial que extinguiu a Renca (Reserva Nacional do Cobre e Associados), localizada entre o Amapá e o Pará, "foi um movimento feito sem a devida consideração".

A decisão do governo foi suspensa nesta quinta-feira (31) após forte pressão de ambientalistas, para quem a área ajuda a proteger espécies amazônicas.

"Quando você já tem 20% de área desmatada, qualquer desmatamento é um problema", diz Lovejoy, que esteve pela primeira vez na Amazônia em 1965, ainda recém-formado pela Universidade Yale.

Desde então, escreveu uma série de trabalhos sobre a floresta, incluindo um ensaio sobre os riscos criados pela construção da Transamazônica.

Lovejoy esteve no Rio esta semana para um evento sobre infraestrutura sustentável e propôs, em entrevista à Folha, a criação de um comitê com participação do governo, do setor privado e da sociedade civil para pensar a exploração mineral em áreas sensíveis e em como mitigar seus impactos.

Como vê a abertura da Renca para a exploração mineral?

O governo, na prática, tem o direito legal de abrir a área, mas o fez sem qualquer consulta. Basicamente, foi apenas uma assinatura, não houve discussão nem mesmo com o Ministério do Meio Ambiente. Então, foi um movimento feito sem a devida consideração.

Eu acredito que seja necessária uma nova abordagem sobre o setor mineral como um todo, uma espécie de comitê nacional de mineração para pensar isso. Seria formado por governo, setor privado e sociedade civil, com o objetivo de pensar em como extrair minerais em áreas sensíveis do ponto de vista ambiental e social.

PARA ENTENDER A RENCA

Temer extingue reserva na Amazônia para ampliar exploração mineral
Reserva extinta por Temer tem áreas contaminadas por mercúrio
Quer compartilhar, mas não sabe o que é a Renca? Entenda aqui
Temer nega que extinção de reserva afetará áreas de preservação
Ministro promete manter proteção de áreas em reserva extinta por Temer
Análise: Mesmo sem ser reserva ambiental, Renca favorecia proteção da região
Temer revoga decreto sobre reserva mineral e apresenta novo texto
Juiz suspende decreto presidencial que extingue reserva na região amazônica
Bernardo Mello Franco: Ataque à Amazônia
Como isso poderia ser feito?

Há um exemplo de abordagem como essa em uma mina da Alcoa, chamada Juriti, perto de Santarém, onde eles fizeram toda a restauração da floresta imediatamente depois de retirarem o veio de ouro.

Deu resultados?

Sim, eu estive lá e está funcionando. Não é a floresta antiga, mas é uma floresta tropical. É mais simples, em termos de biodiversidade, mas é uma floresta suficiente. Um dos problemas da mineração são as estradas e o que elas trazem –uma inesperada atividade econômica, desmatamento. Isso tem que ser gerenciado. No meu ponto de vista, uma vez que a mina seja concluída, a estrada deverá ser removida.

Mas isso funciona? Há alguma experiência global?

Não necessariamente com minas, mas há uma operação de gás na Amazônia peruana, Camisea, que foi desenvolvida em modelo semelhante a Urucu (campo de gás da Petrobras no AM). Logo que os poços começaram a produzir, eles foram conectados por gasodutos subterrâneos, com a floresta em cima, e há pouco impacto.

Mas a mineração demanda logística de transporte. Seria possível adotar esse modelo?

A mineração precisa de transporte, mas também precisamos de minas funcionando. Para fazer dar certo, eu colocaria no contrato uma obrigação de restaurar a floresta quando acabar a operação.

Qual a importância da área da Renca para a biodiversidade na Amazônia?

É uma região importante para a biodiversidade, sem dúvida, já que a Amazônia é diferente de uma área para a outra. E ela fica no Amapá, um Estado que se orgulha de ter 70% de área protegida. Quero dizer, é uma área especial.

Do ponto de vista hidrológico, não saberia dizer o papel dela. Provavelmente não é tão importante quanto o sul do Pará. A questão é que, quando você já tem perto de 20% da área desmatada, qualquer desmatamento é um problema.

O sr. espera alguma reação da comunidade internacional, como a suspensão de financiamentos, por exemplo?

Sim. Já estou ouvindo muitas preocupações. Do ponto de vista interno, o risco do Brasil, a curto e médio prazo, é que haja impacto nas chuvas da região Sul. Do ponto de vista internacional, há muito dinheiro de fora para proteger a Amazônia. Você já viu o que a Noruega fez (em junho, o país cortou R\$ 166,5 milhões de ajuda ao Brasil por causa do aumento do desmatamento). A Noruega não está feliz.

O sr. citou o sul do Pará. Qual a sua visão sobre a situação da Floresta Nacional do Jamaxim (que correr risco de perder área após proposta do governo para licenciar uma ferrovia)?

Eu faria de uma maneira diferente. Eu colocaria a ferrovia bem no meio da BR-162. É apenas uma questão de alterar o projeto.

Porque a rota já está aberta?

Isso. Agora, assumindo que uma rodovia seja realmente necessária, há outras maneiras de fazê-la. Poderia ser uma rodovia elevada, como a que vimos aqui hoje (refere-se a apresentação sobre a Nova Imigrantes feita no evento). Alguém já pensou em um jeito de fazer isso.

O governo vem tomando medidas com pouca discussão e cedendo a pressões ruralistas.

O problema com as pressões ruralistas para criar mais desmatamento na Amazônia é que isso vai impactar a agricultura no Sul do Brasil.

Veja isso [mostra em seu celular uma imagem do fluxo de umidade da Amazônia para o Centro-Sul]: não é igual em todos os meses do ano, mas a importância da unidade da Amazônia para o Sul do Brasil está ficando mais forte ao longo dos anos. E agora sabemos o suficiente para dizer que o desmatamento foi uma contribuição decisiva para a seca em São Paulo.

Quer dizer que a pressão ruralista na Amazônia está ajudando a matar seu próprio negócio no Centro-Sul?

É isso. E, basicamente, a ambição da agricultura brasileira em se tornar responsável por 10% da oferta de alimentos do mundo depende totalmente da floresta tropical.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Bruno Boghossian / Marina Dias

Título: Orçamento pode ter novo bloqueio, após pressões de políticos

A equipe econômica de Michel Temer já admite que terá de fazer mais um bloqueio expressivo no Orçamento até o fim deste ano para cumprir a nova meta fiscal proposta pelo governo, que amplia o rombo para R\$ 159 bilhões.

Na avaliação de auxiliares do presidente, o aumento do déficit de 2017 em R\$ 20 bilhões não será suficiente para fechar as contas, devido a frustrações de arrecadação e a dificuldades com receitas extraordinárias, como o Refis (programa de refinanciamento de dívidas tributárias) e a venda de usinas da Cemig.

O ministro Henrique Meirelles (Fazenda) contava com R\$ 24 bilhões dessas duas fontes: R\$ 13 bilhões do programa de refinanciamento e R\$ 11 bilhões da concessão das hidrelétricas.

As resistências políticas enfrentadas pelo governo para levar adiante essas medidas já fizeram a equipe econômica rever as projeções.

No Refis, Meirelles alterou a proposta original e reduziu a previsão de arrecadação para cerca de R\$ 8 bilhões.

A Fazenda também enfrenta um impasse em torno da tentativa de venda de quatro usinas da Cemig e busca um acordo que permita à estatal assegurar a concessão das hidrelétricas. A operação atenderia a uma demanda de políticos mineiros, mas tornaria incerta a receita gerada.

Com a previsão de menos dinheiro em caixa, parte da equipe econômica calcula que o governo corre o risco de estourar o déficit de R\$ 159 bilhões caso não haja um novo congelamento de despesas até o fim deste ano.

A intenção da equipe econômica é fazer os cortes apenas no fim do ano, quando os cálculos do fechamento das contas estarão mais claros.

APETITE DE POLÍTICOS

Ao decidir elevar a meta, no início de agosto, o governo esperava liberar parte do Orçamento para destravar a máquina pública, retomar obras e saciar o apetite de políticos aliados por recursos.

A expectativa de aprovação da nova meta fiscal pelo Congresso levou o Ministério do Planejamento a trabalhar com um cenário que permitiria o descontingenciamento de até R\$ 20 bilhões.

O secretário-executivo da pasta, Esteves Colnago, chegou a afirmar durante a semana que poderiam ser liberados R\$ 10 bilhões para custeio de ministérios e serviços públicos e mais R\$ 10 bilhões para investimentos.

Ele admitiu, porém, que a perda de receitas levaria o governo a rever esses planos.

A Fazenda também trabalha com esse quadro.

O governo acredita que os futuros leilões de petróleo e energia podem render mais dinheiro do que o esperado. O recurso, porém, não deve ser suficiente para evitar novo bloqueio do Orçamento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta

Título: Eletrobrás está em situação difícil, afirma ministro

A Eletrobrás teve perda próxima a “duas dezenas de bilhões de reais” com sua participação nas usinas hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. É o que escreveu o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, em carta enviada aos deputados para explicar a proposta de privatização da estatal. No longo documento, o ministro descreve a difícil situação em que encontrou a empresa, as providências tomadas para contorná-la e informa que, mesmo assim, persistem problemas graves que acabam pesando sobre os contribuintes. O ministro diz que, em maio de 2016, a Eletrobrás estava em vias de ser deslistada da Bolsa de Nova York por não haver apresentado balanços de 2014 e 2015.

Em três anos, a empresa havia acumulado prejuízo de R\$ 34 bilhões e perdera 40% de seu patrimônio líquido. A nova gestão da estatal, contou o ministro, elaborou um relatório que aponta algumas causas principais para a situação. A holding e suas controladas administram participações em 170 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) “com taxas de retorno inferiores ao custo de capital próprio da Eletrobrás.” Além disso, a companhia acumulava dívidas equivalente a nove vezes seu Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Sueli Caldas

Título: Privatizações no atacado

Ao constatar em pesquisa nas redes sociais que a palavra privatização (em um Estado que privilegia poucos e deixa o grosso da população à deriva) acrescenta alguns pontinhos na popularidade do presidente, o entourage político de Michel Temer desandou a anunciar planos de privatizações. Em pouco mais de um ano de gestão já anunciou três pacotes – em setembro/ 2016, março/2017 e agosto/2017. Este último com 57 itens. Só esqueceu de explicar para a

população por que não andaram os projetos prometidos nos dois primeiros. Sim, porque os três pacotes não são distintos entre si, são repetições dos anteriores e, como nos governos do PT, não focam ativos, mas concessões (o primeiro deles já era uma recauchutagem trazida do governo Dilma). Ao que a economista Elena Landau chamou de reembrulho de outorgas: “Em um país que tem 158 estatais não é possível que não se encontrem ativos para vender”, denuncia Elena. Neste último pacote a exceção fica por conta de duas novidades – Eletrobrás e Casa da Moeda.

E, entre as outorgas, despontam como viáveis as rodadas de áreas de petróleo, já previstas e com data marcada para acontecer, e que têm atraído investidores depois de mudanças na desastrada legislação de Dilma Rousseff. Responsável pela fabricação do nosso dinheiro, a Casa da Moeda não tem dinheiro para modernizar suas máquinas e precisa de investimento privado. Mas sua operação de venda requer cuidados e detalhes que o governo Temer não anunciou, talvez porque não saiba como executar. Diferente do caso da Eletrobrás. É verdade que a ideia de o governo abrir mão do controle acionário foi uma baita surpresa que impactou o mercado e levou o preço das ações da estatal a se valorizarem em 40% na Bovespa. Afinal, o uso político dos governos e o loteamento das subsidiárias por partidos, há décadas, transformaram a Eletrobrás em empresa de gestão desastrada, um descalabro a serviço dos políticos que dela se aproveitam para arrecadar dinheiro para suas campanhas eleitorais. Sem futuro promissor, seu valor de mercado é muito baixo, quando comparado ao patrimônio de seus ativos.

A ex-presidente Dilma Rousseff tratou de completar o descalabro com sua MP 579, de 2013, que inutilmente baixou a tarifa de luz em 20%, logo anulada por seguidos tarifyços, e mergulhou a Eletrobrás na pior crise financeira e de endividamento de seus 55 anos de história. Enredo parecido a que ela submeteu também a Petrobrás. É certo que tirar a Eletrobrás do controle acionário do governo foi surpresa, mas as opções de descotizar ou vender 14 hidrelétricas antigas, que constituem o alicerce da concepção dessa privatização, já vinham sendo discutidas há meses no governo. A descotização é uma espécie de anti MP 579 – tenta desfazer os erros nela contidos e precisa ser regulamentada. Seu propósito é revogar o “regime de cotas”, instituído por Dilma, e que obriga essas hidrelétricas a venderem energia para distribuidoras por um preço fixo muito abaixo do custo de produção, o que, obviamente, tem resultado em milionários prejuízos para a estatal nos últimos quatro anos.

O novo preço de venda equivaleria ao praticado no mercado livre, ou seja, quase o dobro dos R\$ 40 megawatt/hora hoje recebidos por essas hidrelétricas. Portanto, a mudança vai acarretar, sim, um aumento da tarifa para o consumidor, que a Aneel calcula ficar acima de 10%. Mas até agora o governo não detalhou o modelo de venda. Certo é que vai tentar acelerar na direção de

produzir receita rápido para cumprir a meta fiscal (o **ministro Fernando Coelho** fala em completar em seis meses). O governo fala em gerar receita de R\$ 20 bilhões com a descolização dividida meio a meio entre a União e a Eletrobrás e que a União venderia suas ações até o limite de desfazer-se do controle acionário. Já o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirma que a ideia é pulverizar as ações que pertencem à União, de modo a não ter um controlador majoritário. Ou seja, o controle seria privado, mas sem um acionista majoritário único. Nesse caso, como grande acionista, o governo continuaria detendo poder na gestão?

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Claudia Trevisan

Título: Acordos podem movimentar US\$ 9,9 bilhões

Recursos viriam como investimento ou crédito para o Brasil; maior valor será destinado à linha de transmissão de Belo Monte

A visita de Estado do presidente Michel Temer à China produziu acordos que têm o potencial de trazer US\$ 9,9 bilhões em investimentos e linhas de créditos para o Brasil nos próximos anos. Alguns terão impacto no curto prazo, mas muitos são memorandos de intenções que levarão tempo para serem totalmente implementados. Além disso, há anúncios requeitados, que já haviam sido realizados pelas partes envolvidas. O maior desembolso virá em razão da concessão da licença ambiental que permitirá o início das obras da linha de transmissão entre a usina de Belo Monte, no Pará, e o Sudeste. De acordo com o embaixador do Brasil em Pequim, Marcos Caramuru, a chinesa State Grid investirá US\$ 3,5 bilhões para concluir a linha de 2.518 km, a maior do País. A licença foi aprovada pelo Ibama no dia 18.

O segundo maior valor é relativo à concessão de linha de crédito de US\$ 3 bilhões do China Development Bank (CDB) para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Antes que o dinheiro seja liberado, os dois lados terão de definir parâmetros para concessão dos financiamentos. Em seguida, aparece o projeto do Porto do Sul, em Ilhéus, e da Ferrovia de Integração Oeste- Leste (Fiol), que ligará a cidade a Caetité, em um trecho de 500 km. As obras estão avaliadas em US\$ 2,4 bilhões, disse Caramuru. O acordo fechado ontem prevê a formação de um consórcio de empresas chinesas, do Casaquistão e do governo da Bahia para disputar a licitação, em 2018. Não há garantia de que haverá acordo entre os sócios nem que o eventual consórcio vença a disputa.

O financiamento de US\$ 700 milhões da China Communication and Construction Company (CCCC) para a construção de um Terminal de Uso Privado no Porto de São Luís (MA) é o quarto maior valor anunciado ontem. A beneficiária é a brasileira WTR, responsável pelo projeto. As empresas já haviam anunciado o negócio em abril. Na conta de US\$ 9,9 bilhões, Caramuru inclui US\$ 300 milhões de uma linha de crédito que o chinês Eximbank poderá liberar para o Banco do Brasil. O que os dois lados assinaram foi um “esboço de acordo”, que terá de ser detalhando antes de entrar em vigor. Ainda na área financeira, o BNDES e a Sinosure fecharam convênio para a concessão de garantias a empresas chinesas com negócios no Brasil. O governo ainda anunciou a contratação da China National Nuclear Cooperation para avaliar os procedimentos necessários para a conclusão da usina Angra 3.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes / Rafael Moraes Moura

Título: Por Cemig, governo de Pimentel ataca Dilma

Advocacia de Minas afirma que petista foi eleitoreira quando mudou sistema elétrico.

O governo do petista Fernando Pimentel em Minas Gerais fez um duro ataque à política da ex-presidente Dilma Rousseff para o setor de energia na tentativa de barrar no Supremo Tribunal Federal (STF) o leilão das usinas da Cemig pelo governo Michel Temer. Em recurso apresentado ao Supremo, a Advocacia-Geral do Estado (AGE) de Minas acusa o governo Dilma de ter sido eleitoreiro ao mudar as regras do sistema elétrico por meio da Medida Provisória (MP) 579. “Puro engodo”, critica o governo mineiro. Com essa MP, Dilma buscou reduzir o custo de energia no Brasil, mas acabou provocando uma desorganização do setor com custos para os consumidores e o Tesouro Nacional. Além de amigo de Dilma, Pimentel foi um dos ministros mais próximos da ex-presidente durante o seu governo.

O leilão das usinas está no centro de uma disputa porque a equipe econômica de Temer conta com R\$ 11 bilhões para reforçar o caixa este ano com a venda das concessões, mas políticos do Estado pressionam o presidente Temer a aceitar um acordo com a Cemig e garantir empréstimo do BNDES para pagar as concessões. Na petição, o governo mineiro, que é o acionista controlador da Cemig, pede ao ministro Dias Toffoli, relator do processo no STF, para ser assistente simples da companhia de energia no mandado de segurança para o direito da empresa ter prorrogada a concessão das usinas Jaguará, São Simão e Miranda. Como assistente, o governo mineiro poderá atuar como auxiliar da

companhia na ação, exercendo os mesmos poderes e sujeitando-se aos mesmos ônus processuais.

Máscara. “Utilizou-se a máscara de reorganizar o sistema elétrico brasileiro, mas seu intuito, na realidade, era simplesmente eleitoreiro. Diminuiu o custo da energia, no primeiro momento (pré-eleitoral), e posteriormente se mostrou impróprio e ineficaz, tendo a energia aumentado o seu valor bem superior ao que havia reduzido”, argumenta o governo de MG. “Onde o interesse público relevante se fez presente?”, questiona a AGE para depois acrescentar que, ao contrário, o sistema elétrico “restou piorado”. No recurso, o governo mineiro destaca que a Cemig tem o direito “cristalino” de manter as concessões. O Estado argumenta que, caso as concessões das três usinas não sejam prorrogadas, a empresa perderá mais de 50% de sua capacidade de geração de energia elétrica, com reflexos sociais e financeiros para a região.

O Estado de Minas também ataca a política fiscal do governo Michel Temer, porque diz que os R\$ 11 bilhões esperados no leilão das usinas só servirão para reduzir o déficit público e que o consumidor acabará pagando a conta de uma energia mais alta. O governo de Minas Gerais respondeu à reportagem por meio da Advocacia Geral do Estado, que informou que os argumentos “não implicam em qualquer avaliação de ordem política ou partidária, mas tão somente ressaltam a necessidade de ser debatido o desajuste institucional que se observa na estrutura do Estado brasileiro”. A assessoria de Dilma Rousseff não respondeu à reportagem até a publicação deste texto. O ministério da Fazenda também não quis comentar.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Simone Kafruni

Título: Ministro defende venda da Eletrobras

A privatização da Eletrobras é uma das tentativas do governo de aumentar a receita e cumprir a meta fiscal. Para sensibilizar o Congresso, onde a proposta deve sofrer resistência, o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, enviou uma carta aos parlamentares ontem. No documento, fez uma longa justificativa para a medida, considerada pelo governo “essencial para a recuperação da empresa e para o reequilíbrio do setor energético nacional”.

Coelho Filho elencou problemas da companhia, como os sucessivos prejuízos, a fragilidade de governança nas subsidiárias, o elevado endividamento e os custos operacionais. “Tudo isso exige aportes da União e repasse às tarifas dos consumidores”, afirmou.

O ministro comparou o processo com os casos da Vale e da Embraer, que, depois de privatizadas, aumentaram a geração de empregos, a arrecadação de impostos e os investimentos. (SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Cidades

Autor: Flávia Maia e Ana Viriato

Título: Postos aumentam a margem de lucro

A escalada de preços nos combustíveis do Distrito Federal revolta os consumidores, ainda ressabiados após anos de prática de cartel. Pesquisa do Procon do Distrito Federal obtida pelo Correio mostra que, dos 43 postos analisados pelo órgão, 32 subiram as margens de lucro após alteração na tributação federal e majoração no Pis/Cofins. Em alguns casos, o ganho subiu quase 15 vezes. Com os dados em mãos, o Procon e o Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) investigarão até que ponto o repasse está relacionado somente com os impostos ou se houve oportunismo. Querem entender, também, por que antes do aumento nos tributos era possível encontrar diferença de até R\$ 0,63 por litro da gasolina e, agora, a variação máxima é de R\$ 0,15.

A planilha mostra acréscimos significativos nas margens de lucro de postos em todo o DF. Em um estabelecimento da Asa Sul, subiu o percentual, de 1,89% para 15,31%. Em outro, em Taguatinga, de 0,01%, saltou para 14,74% (veja Sob análise). “A princípio, nós observamos que teve alta nos preços dos combustíveis e aumento considerável na margem de lucro”, analisa Ivone Machado, diretora-geral do Procon no DF. “Entretanto, como na Constituição Federal há a livre iniciativa de mercado, a gente não pode simplesmente lacrar e multar os postos. Temos de manter o pé no chão; por isso, pedimos o auxílio do Ministério Público”, pondera. Os postos pesquisados só serão notificados após a manifestação do MPDFT.

A planilha está aos cuidados da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor. Responsável por receber a demanda do Procon, o promotor Trajano de Melo explica que ainda precisa analisar as tabelas e os relatórios enviados pela autarquia. “Pelo que pude observar de imediato, a maioria das margens está abaixo de 15% — porcentagem firmada entre o Ministério Público e a rede Cascol — e que os preços estão mais diversos do que no passado, quando as diferenças eram de milésimos de centavos”, adianta. “É possível que a promotoria apenas tome ciência e não tenha o que fazer”, admite.

Integrante do Conselho Regional de Economia, José Luiz Pagnussat faz uma análise mais crítica da planilha. Para ele, “os preços aumentaram acima da

média razoável”. O especialista destaca a importância do acompanhamento de órgãos de controle em relação às variações das margens de lucro de empresários do setor para que seja possível classificar se os altos valores são uma reação usual do mercado à majoração dos tributos ou se houve a prática de preços abusivos. “Caso se trate apenas de um susto, a tendência é que, com o tempo, a concorrência volte a ser vista nas bombas de gasolina, com promoções e, conseqüentemente, preços mais baixos”, avalia.

José Luiz também estranha o fato de 43 postos de gasolina apresentarem poucas variações de preços. “A prática de cartel requer que uma organização criminosa esteja por trás da semelhança de valores. Então, não é possível bater um martelo sobre o tema. Mas o fato é que existe uma similaridade muito grande. É preciso que o Cade esteja de olhos abertos para que algum empresário não assuma a liderança e comece a ditar os preços”, alerta.

A alta dos preços dos combustíveis gera uma reação em cadeia; por isso, especialistas são unânimes em afirmar que é preciso frear qualquer prática de alinhamento. Se os preços sobem na bomba, o valor do imposto distrital também sobe. Isso porque o tributo local é cobrado por um regime chamado de substituição tributária. A Secretaria de Fazenda faz uma pesquisa a cada 15 dias dos preços dos combustíveis e cobra 28% sobre o praticado no mercado. Assim, se o governo distrital usa R\$ 3,99 como parâmetro, R\$ 1,11 será cobrado de contribuição.

No bolso

Enquanto isso, o brasiliense segue pagando a conta. O corretor de imóveis Agnaldo Machado, 51 anos, desembolsava R\$ 210 por semana com combustível, nos tempos em que a gasolina era encontrada a cerca de R\$ 3 devido às promoções relâmpago de postos. Na semana seguinte à majoração do PIS/Cofins, porém, a bomba passou a marcar R\$ 259 a cada vez em que o morador de Águas Claras enchia o tanque. “É fato que usaram o imposto para aumentar o lucro. Mas o maior problema é a ausência de concorrência. Hoje, escolho o posto pela confiabilidade, porque, se fosse pelo valor do combustível, poderia ser qualquer um. O mercado deixou de ditar os valores. Quem o faz é um conjunto de empresários”, acredita.

O bancário Dario Garcia, 44, também reclama. “Se fosse mercado, veríamos preços diferentes devido à livre concorrência. Quando há igualdade, fica claro o movimento de empresários para aumentar a margem de lucro e controlar o setor em desfavor da população”, argumenta.

Procurado pelo Correio, o Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis do DF não se posicionou, até o fechamento desta edição, sobre a elevação da margem de lucro dos proprietários de postos de gasolina.

Esquema

A deflagração da Operação Dubai, em novembro de 2015, acarretou a prisão de empresários do setor de combustíveis e a aplicação de multas que somam quase R\$ 150 milhões. As investigações comprovaram a existência de um cartel que combinava e inflava os valores da gasolina na capital. A Polícia Federal finalizou o inquérito com o indiciamento de 25 pessoas, entre donos de postos e de distribuidoras, além de funcionários. Delações premiadas de integrantes da organização criminosa revelaram detalhes sobre como funcionava o esquema de combinação de preços.

Composição

Entenda o preço da gasolina:

26% Petrobras

18% PIS, Pasep, Cofins, Cide

30% ICMS

12% Custo Etanol Anidro

14% Distribuição e revenda

Fonte: Petrobras

MME / ASCOM .